



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA GEOGRÁFICA
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

JAKELINE DÉBORA BRITO VASCONCELOS

**A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: O ENSINO A DISTÂNCIA
COMO POLÍTICA PÚBLICA NA CONSTRUÇÃO DE NOVOS PARADIGMAS**

TABIRA/2023

JAKELINE DÉBORA BRITO VASCONCELOS

**A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: O ENSINO A DISTÂNCIA
COMO POLÍTICA PÚBLICA NA CONSTRUÇÃO DE NOVOS PARADIGMAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do
Título de Licenciatura em Geografia pela
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Orientadora: Priscylla Karoline de Menezes

TABIRA/2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Vasconcelos, Jakeline Débora Brito.

A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: O ENSINO A
DISTÂNCIA COMO POLÍTICA PÚBLICA NA CONSTRUÇÃO DE NOVOS
PARADIGMAS / Jakeline Débora Brito Vasconcelos. - Recife, 2023.

28

Orientador(a): Priscylla Karoline de Menezes

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Geografia -
Licenciatura, 2023.

Inclui referências, apêndices, anexos.

1. Democratização. 2. Ensino superior. 3. Educação a distância. 4. Geografia. I.
Menezes, Priscylla Karoline de. (Orientação). II. Título.

300 CDD (22.ed.)

JAKELINE DÉBORA BRITO VASCONCELOS

**A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: O ENSINO A DISTÂNCIA
COMO POLÍTICA PÚBLICA NA CONSTRUÇÃO DE NOVOS PARADIGMAS**

Trabalho apresentado à Coordenação do Curso de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Tabira ___ / ___ /2023

Banca examinadora:



Documento assinado digitalmente

PRISCYLLA KAROLINE DE MENEZES

Data: 05/04/2024 21:10:38-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof(a).Dra. Priscylla Karoline de Menezes (Orientadora)

Prof. Me. Bruno Magnum Pereira

Prof. Me. Luan do Carmo da Silva

TABIRA/2023

DEDICATÓRIA

*Dedico esse trabalho ao meu Pai (In
Memorian), sei que o senhor está me
acompanhando nesta conquista e me
protegendo junto ao pai celestial. Queria
muito ter você ao meu lado nesse momento,
ver seu rosto com aquele sorriso lindo e ouvir
sua voz dizendo parabéns filha! Te Amo
Eternamente... Dedico também a minha mãe
que compartilha das minhas alegrias,
tristezas, vitórias e derrotas, você é meu raio
de luz.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus e a Nossa Senhora, por me guiarem e sempre me protegerem em todos os momentos da minha vida, por me darem sabedoria de entender que mesmo nos momentos mais difíceis, as oportunidades aparecem na hora certa em nossas vidas, sem a minha fé não seria possível realizar este sonho.

De modo especial agradeço aos meus pais João Batista Ferreira de Vasconcelos (In Memoria) e Maria Da Guia Silva Brito Vasconcelos que tanto amo, pela melhor educação que eles poderiam ter me oferecido desde o momento que vim ao mundo, pela paciência e dedicação de todos os dias e pelos tantos sacrifícios para que eu tivesse uma boa formação, pela compreensão, animação e confiança de sempre, em todos os momentos. Vocês são a base da minha vida e sei que sempre encontrarei apoio e auxílio, em qualquer situação. Só tenho a agradecer por tudo, amo vocês sem imites!

As minhas irmãs Mércia Cibele Brito Vasconcelos e Maria Tays Brito Vasconcelos que foram grandes companheiras nesta caminhada e que me ajudaram muito a chegar a este momento, meu muito obrigada por todo cuidado, amor, carinho, proteção e dedicação, vocês são meu exemplo de coragem e perseverança. Só tenho que agradecer a Deus por ter irmãs como vocês em minha vida, o amor e o apoio de vocês foram essenciais, amo vocês...

Ao meu namorado e colega de curso, John, Obrigada pelo amor, carinho, compreensão, conselhos e por estar presente nos melhores e piores momentos da minha caminhada, eu te amo.

A minha colega de curso, Kelly, que durante essa jornada compartilhamos alegrias e dificuldades na busca de um mesmo objetivo, Obrigada pelos diálogos, momentos solidários de dúvidas e intranqüilidades, Enfim, sempre amparada pelo seu companheirismo me auxiliando nessa trajetória que certamente não se encerra aqui.

A minha Orientadora professora Priscylla Karoline pela compreensão, inteligência e paciência por me ajudar a concretizar este sonho. A todos os professores que direta ou indiretamente contribuíram para minha formação, deixo aqui o meu “Muito Obrigada”.

EPÍGRAFE

*“A menos que modifiquemos a nossa
maneira de pensar, não seremos capazes de
resolver os problemas causados pela forma
como nos acostumamos a ver o mundo”.*

(Albert Einstein)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EAD – Educação à Distância

IES – Instituições de Ensino Superior

MEC – Ministério da Educação

UAB – Universidade Aberta do Brasil

LDB – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

UniRede – Associação Universidade em Rede

PNAD – Programa Nacional de Administração Pública

CAPES – Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

PNE – Plano Nacional da Educação

IPES – Instituições Públicas de Ensino Superior

RESUMO

A expansão da educação superior no Brasil é um acontecimento que compõe o curso histórico dos ciclos do ensino superior nacional e suas metamorfoses. O dado trabalho justifica-se na idéia de que a democratização do ensino superior no Brasil é de uma temática “polêmica” e controversa, com uma grande amplitude histórica e teórico-conceitual que precisa ser resgatada e discutida sempre que possível. Diante do exposto, o presente estudo objetiva examinar o papel do Ensino a distância como uma política pública vinculada a democratização do acesso ao ensino superior, refletindo acerca das concepções, gestão e aplicação do ensino superior a distância. Para tal, foi realizada uma revisão bibliográfica com busca orientada pelas palavras-chave: Democratização; Ensino Superior; Ensino a Distância; Geografia referente à temática, nas bases de dados eletrônicas: Scielo, Periódicos Capes e Google Acadêmico, e a partir do desenvolvimento da pesquisa, foi produzido artigo visando gerar novos projetos com desdobramento do estudo em questão. Como resultado, foi possível identificar que ensino a distância e democratização do ensino superior possuem grande influência, o EAD se consolida como uma porta para o ensino superior para todos, mas como política pública, parece não considerar a diversificação do ingresso, ou seja, as desigualdades sociais, econômicas e raciais da sociedade, ficando sob a responsabilidade de outras políticas públicas educacionais a utilização de mecanismos de inclusão de minorias sociais no ensino superior de maneira geral. Vê-se também que a formação de profissionais de Geografia na modalidade semipresencial ainda encontra lacunas quando sua formação acontece no formato EAD, mesmo cumprindo suas funções sociais e atenuando na mediação da construção do conhecimento. Concluiu-se que é de grande necessidade incentivar e fazer uso dos novos conceitos em educação superior que estão surgindo conforme o avanço tecnológico, mas as questões educacionais não se resolvem pela simples aplicação técnica num processo de “modernização”, a Educação à Distância e o curso de Geografia na modalidade semipresencial, como qualquer modalidade de educação, precisa realizar-se como uma prática social significativa e que leve a autonomia, o respeito à liberdade e à razão.

Palavras-chave: Democratização; Ensino Superior; Ensino a Distância; Geografia

ABSTRACT

The expansion of higher education in Brazil is a national event that makes up the historical course of higher education cycles and their metamorphoses. The data is given in the idea that the democratization of higher work in Brazil is a "controversial" and controversial thematic teaching, with a great historical and theoretical-conceptual breadth that needs to be rescued and examined whenever possible. The present study aims to examine the role of distance learning as a public policy linked to the democratization of higher education, reflecting on the conceptions, management and application of higher education to access. To this end, a bibliographic review was carried out with a search guided by the keywords: Democratization; University education; Distance learning; Geography related to the theme, in the electronic bases: Scielo, Periodicals and Google Scholar, and from the article produced to generate studies for new projects with unfolding. As a result, it was possible to identify that distance learning and the democratization of higher education have great influence, EAD is consolidated as a door to higher education for all, but as a public policy, it does not seem to consider the diversification of admission, that is, , the social inequalities of society, and the social responsibilities of society, leaving under the responsibility of other social policies, the use of public inclusion of the general minority. Also note that the training of Geography professionals in the blended modality still finds gaps when their training takes place in the EAD format, even fulfilling their social functions and attenuating the mediation of knowledge construction. It is concluded that it is of great need and makes use of new concepts in education, emerging according to the technological advance, but issues such as educational techniques are not resolved by the technical application in a process of "modernization" at a distance and the Geography course in the blended mode. , like any type of education, to be carried out as a significant social need that leads to autonomy, respect for freedom and reason.

Keywords: Democratization; Geography; Distance learning; Geography

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1.A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.....	13
2.PRESSUPOSTOS DO ENSINO A DISTÂNCIA.....	15
3.A EAD NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO.....	16
4.FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA NA MODALIDADE SEMIPRESENCIAL.....	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
REFERÊNCIAS.....	26

INTRODUÇÃO

Desde a primeira década do século XXI, a procura pela formação profissional qualificada e pelo ensino de nível superior aumentou em larga escala, com a procura elevada, em razão de uma demanda retida que se amontoou por anos, por cursos superiores oferecidos por instituições tanto públicas e privadas. Frente à imensa necessidade, o governo federal, junto dos governos estaduais e municipais que ofertam ensino superior, passaram a implementar e a ampliar programas de democratização do acesso ao ensino superior.

O presente trabalho tem como objetivo geral examinar o papel do ensino a distância como uma política pública vinculada à democratização do acesso ao ensino superior, refletindo acerca das concepções, gestão e aplicação do ensino superior a distância. Bem como avaliar as mudanças sofridas da EAD a partir da sua implementação e as que continuam acontecendo no contexto brasileiro; analisar as divergentes compreensões acerca da educação a distância no cenário educacional e compreender sua importância, dilemas e paradigmas.

A expansão da educação superior no Brasil é um acontecimento que compõe o curso histórico dos ciclos do ensino superior nacional e suas metamorfoses. A questão é saber se parte das metamorfoses provocadas pela atual expansão das matrículas, ratifica a sua natureza democrática. De fato, o considerável aumento de pessoas de diferentes classes sociais que, atualmente, freqüentam o ensino superior, caracteriza-se, talvez, como uma das grandes metamorfoses experimentada pela sociedade brasileira no campo educacional depois de 1891, ano em que a Constituição da República descentralizou a oferta de ensino superior, permitindo que os governos estaduais e a iniciativa privada criassem seus próprios estabelecimentos (GOMES; MORAES, 2009).

Devido ao potencial da educação a distância (EAD) para suprir a necessidade de ampliação de vagas e contemplar indivíduos que estão excluídos, pelos mais diversos motivos, do ingresso no sistema educativo, essa modalidade de educação surge para as políticas públicas como uma possibilidade viável de contemplar as necessidades de democratização, de acesso, de facilidades e de abrangência emergencial específica ao ensino superior (BARROS, 2010). Entretanto, vale destacar que “a democratização do ensino superior por meio da educação a distância é um tema polêmico, controverso e que engendra uma gama de reflexões e discussões, visto que é temática de textos e pesquisas recentes” (HERNANDES, 2017, p. 89).

Evidentemente, este problema rendeu as questões que formaram o escopo da presente pesquisa: o que significa democratizar o ensino superior? Quais características que o ensino a distância (EAD) tem para se consolidar como uma política para a democratização no ensino superior? A EAD é usada verdadeiramente como sinônimo de democratização do acesso ao ensino superior no nosso país?

A democratização do ensino superior no Brasil é de uma temática “polêmica” e controversa, com uma grande amplitude histórica e teórico-conceitual que precisa ser resgatada e discutida sempre que possível. Por essa razão a justificativa e a motivação para o estudo proposto recorre justamente daí. Propus-me, portanto, a realizar uma pesquisa acerca da historicidade da democratização do ensino superior no Brasil e em Pernambuco e implementação do ensino a distância como uma política pública, a fim de estabelecer e desenvolver conceitos, algo que ainda representa poucos estudos acadêmicos, com intuito de refletir sobre as atuais políticas que fazem uso do conceito em questão.

Para isto, foi feita uma revisão bibliográfica de literatura, orientando-se pelas palavras-chave: Democratização; Ensino Superior; Ensino a Distancia; Geografia. Após a realização da leitura de obras referentes à temática nas bases de dados eletrônicas: Scielo, Periódicos Capes e Google Acadêmico, e a partir do desenvolvimento da pesquisa, foi produzido artigo visando gerar novos projetos com desdobramento do estudo em questão. Tratou-se de uma pesquisa onde procurei analisar a relação entre a democratização do ensino superior e a EAD, com isso baseou-se nos seguintes autores: Moraes (2009), Barros (2010), Hernandes (2017), Cerny (2012), Trow (2005), ANDES, (2007), Ferreira (2000), Landim (1997), Holmberg (1981), Barreto (2010), Litto (2009), Gomes (2009), Bourdieu (1974), Rondelli (2002), Ferreira (2000), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), entre outros.

O estudo está dividido em quatro capítulos, o primeiro capítulo mostra a historicidade da democratização do ensino superior, como surgiu e as mudanças que correram ao longo dos anos; no segundo capítulo fala-se sobre a história do ensino a distancia, quando e porque essa modalidade de ensino foi criada; o terceiro mostra a importância de abordar esse tema do ensino a distancia, mostrando a visão atualmente e enfatizando as dificuldades enfrentadas na educação superior a distância e o ultimo capítulo aborda como se dá a formação do licenciado em Geografia na modalidade EAD e por fim teci as considerações finais e referências.

1. A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Não há, na literatura, um consenso sobre o conceito de democratização do acesso ao ensino superior. A democratização do ensino superior é entendida sob a perspectiva da garantia de acesso e da permanência nesse nível educacional, por parte de todos os cidadãos aptos a nele ingressar. A Democratização do ensino superior é vista como uma maneira de minimizar as restrições financeiras e geográficas dos estudantes e de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico (CERNY, 2012).

A noção de democratização do ensino superior, contudo, pode e deve ser entendida de muitas maneiras diferentes. Para além da simples massificação, é possível falar da democratização do acesso aos estudos superiores, perguntando-se que categorias sociais se beneficiaram da massificação. Outro critério, o da democratização interna, diz respeito às desigualdades internas do ensino superior: os estudantes são mais numerosos, mas acessam níveis muito desiguais nesse sistema. A análise dessas desigualdades internas dos sistemas de ensino superior levanta a questão da democratização como equidade dos procedimentos de seleção, ou, se preferirmos, da democratização como justiça (DUBET, 2004, 2010).

Trow (2005) quando pensou as transformações históricas da educação superior previu uma etapa inicial do “sistema de elite” para o “sistema de massa” e deste para o “sistema de acesso universal” (in Gomes & Morais, 2009). Sem desconsiderar os fundamentos básicos que configuram as diferentes dimensões dessa transição histórica do ensino superior, é necessário reconhecer que as metas expansionistas do ensino superior previstas nos dois últimos Planos Nacionais de Educação (2001/2010 e 2011/2020), esbarram em uma realidade irrefutável: o Brasil permanece com um elevado índice de pessoas sem a escolarização básica.

O Brasil tem uma tradição de centralização e regulamentação no desenvolvimento das políticas públicas e da administração educacional (LITTO, 2008). Os atores envolvidos na formulação das políticas públicas educacionais no Brasil são: o Estado, a Sociedade e os Grupos de Interesse. Entretanto, percebe-se uma assimetria de poder decisório em favor do Estado, tornando-o o principal agente no ciclo das políticas públicas.

De acordo com Crahay (2002), a ideologia da igualdade de oportunidades é elitista; no entanto, quando vem acompanhada pela preocupação com a igualdade dos resultados, conduz a medidas de democratização do ensino. Este é um dos papéis das políticas afirmativas:

democratizar as oportunidades de acesso ao Ensino Superior e promover a igualdade entre os cidadãos.

A relação entre educação e desigualdade é um tema que tem estimulado diversas pesquisas e debates em áreas do conhecimento como educação, sociologia, ciências política, administração, dentre outros. Desigualdades de oportunidades escolares, considerando as classes sociais, têm-se constituído um dos temas centrais de pesquisa na sociologia da educação (VARGAS, 2009).

Entre as principais iniciativas de ações afirmativas que o Ministério da Educação (MEC) brasileiro vem impulsionando, as mais polêmicas são as cotas, que dão atenção especial a estudantes pobres, notadamente a afrodescendentes e indígenas, jovens oriundos de escolas públicas e portadores de necessidades especiais (DIAS SOBRINHO, 2006). Conhecer o cenário das transformações que vêm ocorrendo na educação superior brasileira ajuda a entender por que se tornou necessário promover políticas públicas de ampliação de vagas, inserção social e diminuição das desigualdades.

A qualidade tem uma irrecusável dimensão social e pública. O correlativo da ideia de educação como um bem público e direito social é o dever do Estado de garantir amplas possibilidades de oferta de educação de qualidade a todas as camadas sociais (DIAS SOBRINHO, 2009).

Mas, o problema do acesso ao ensino superior no Brasil foi, em anos recentes, praticamente superado do ponto de vista da oferta de vagas (SPELLER; ROBL; MENEGHEL, 2012). Entretanto, ainda persiste o problema da permanência, das dificuldades de os estudantes permanecerem no ensino superior, tanto nas instituições de ensino superior (IES) públicas quanto nas IES privadas. Destaca-se que “são recentes as políticas públicas voltadas para a permanência do estudante no ensino superior, tanto por parte do poder público quanto das próprias instituições” (SPELLER; ROBL; MENEGHEL, 2012, p. 21).

Como resultado dessas reflexões e discussões sobre o tema, começa a surgir uma nova linguagem, que aos poucos a teoria começa a transparecer na prática. O ensino a distancia passou a apontar suas intervenções ao meio educacional de forma efetiva. Atualmente todos os acontecimentos relacionados a democratização do ensino superior levam a encontros e discussões em diversas partes do mundo visando uma conscientização.

Portanto, pensando em democratizar o acesso às Instituições de ensino superior, melhorar a qualidade do ensino ofertado o Governo Federal lança o projeto de Lei 7200/2006 (Reforma do Ensino Superior), que se situa juntamente com a Reforma do

Estado (ANDES, 2007), a modalidade de Educação a Distância foi colocada como o principal eixo de expansão do ensino superior no Brasil, autorizando que esta seja utilizada de forma ampla, geral e irrestrita e que abarque as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

2 PRESSUPOSTOS DO ENSINO A DISTÂNCIA

Do ponto de vista histórico, a EAD no Brasil pode ser relacionada ao início do século XIX, entretanto, o seu marco regulatório ocorre com a promulgação da Lei nº 9.394 de 1996 (Diretrizes e Bases da Educação - LDB). Conforme estabelecido no Art. 80: "o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distancia, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada" (BRASIL, 1996, p. 43).

A regulamentação da EAD no ensino superior brasileiro aconteceu por volta dos anos 2000 (a considerar o histórico dos decretos e portarias que regulamentaram a EAD no Brasil) e, ainda assim, é necessário compreender que, até o momento, a modalidade se desenvolve de uma forma bastante diferenciada nos vários contextos onde tem sido adotada.

A Educação à Distância, assim como toda a Educação, encontra-se necessariamente vinculada ao contexto histórico, político e social em que se realiza, sendo considerada, sempre, como uma prática social de natureza cultural. A Educação à Distância não deverá ser pensada como algo a parte da organização de ensino, mas como uma modalidade de educação que, em função de suas peculiaridades espaço-temporais, dos tipos de mídias e recursos tecnológicos utilizados e de suas características contextuais, requer a organização de um sistema que ofereça ao aluno as condições necessárias para que o mesmo efetue sua formação (BOLETIM – SALTO DO FUTURO/MEC, 2002, p.101).

De acordo com Ferreira (2000, p.09), do ponto de vista pedagógico a EAD deve ser encarada como um instrumento de qualificação que traz uma fundamental contribuição ao processo pedagógico e ao serviço educacional. Para confirmar esta afirmação, deve-se analisar seu potencial de utilização na capacitação e atualização dos profissionais da

educação e na formação e especialização em novas ocupações e profissões.

Para Landim (1997), a EAD pressupõe a combinação de tecnologias convencionais e modernas que possibilitam o estudo individual ou em grupo, nos locais de trabalho ou fora, por meio de métodos de orientação e tutoria à distância, contando com atividades presenciais específicas, como reuniões do grupo para estudo e avaliação. Segundo Holmberg (1981), a característica geral mais importante do estudo à distância era que ele se baseava na comunicação não direta. Mas hoje, com as novas tecnologias, a Internet e a Videoconferência, o estudo à distância está também baseado na comunicação direta.

Dentro do campo da educação, foca-se o subcampo do ensino superior, a modalidade de EAD e o ensino institucionalizado. Destaca-se que: Cada sistema de ensino institucionalizado tem características específicas de estrutura e de funcionamento devido ao fato de que, pelos meios adequados à instituição, ela tem de produzir e reproduzir a condições institucionais cuja existência e persistência (autor reprodução do sistema) são necessárias tanto para o exercício da sua função essencial de inculcação quanto para a realização de sua função de reproduzir um arbítrio cultural, o qual não produz (reprodução cultural) a reprodução a qual contribui para a reprodução das relações entre os grupos ou classes (reprodução social) (BOURDIEU; PASSERON, 1990, p. 54).

3 A EAD NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

A EAD no Brasil é claramente assumida como modalidade de ensino, sendo especialmente relevante na expansão de vagas no ensino superior, mas não exclusiva a esse tipo de ensino (ALONSO, 2010). Fernandes e Helal (2011, p. 12) afirmam que os estudiosos da reprodução social “veem o modelo de expansão educacional como um processo que serve para excluir membros das classes sociais inferiores de posições ocupacionais desejadas”. O uso de credenciais para seleção e alocação no mercado de trabalho mantém os privilégios dos grupos sociais dominantes e caracterizam a realização educacional como parte de um processo de legitimação e reprodução de estrutura de classes (FERNANDES; BOURDIEU HELAL, 2011).

Mill (2016) ao analisar cenários, dilemas e perspectivas atinentes à EAD, propõe a seguinte periodização do desenvolvimento da modalidade no Brasil, nas últimas duas décadas: Pré-1996, o qual se caracteriza pela gestação e nascimento da EAD na legislação;

de 1996 a 2005 compreende o período entre a implementação da LDB e a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), marcado, assim, pela organização e ordenamento da modalidade.

As iniciativas no âmbito da educação pública à distância historicamente foram pontuais, sem muita articulação entre a União, os estados e os municípios. A primeira grande tentativa de coordenar uma ação conjunta de oferta de cursos superiores à distância ocorreu com a Associação Universidade em Rede (UniRede) em 1999, entretanto, não logrou êxito. Barreto (2010) aponta como fragilidades dessa iniciativa a dependência de órgãos governamentais, bem como a dependência de órgãos de fomento para financiamento das bolsas pagas para os profissionais envolvidos, essa iniciativa se tornou a marca da EAD nas políticas públicas brasileiras, com impactos significativos na consolidação dessa modalidade de educação no país.

Em se tratando do percurso da EAD para o atendimento à formação em nível superior, houve um projeto piloto da UAB- Universidade Aberta do Brasil, criado e instituído pelo MEC em 2006, objetivando o atendimento de formação de demanda específica em nível superior na área de administração pública. Foi a partir dessa experiência que foi construído Programa Nacional de Administração Pública (PNAD) e da UAB (BRASIL, 2013). Mas foi após o Decreto 5.800, de 08 de julho de 2006, que o Sistema UAB foi criado com o objetivo de se conseguir a expansão e a interiorização de cursos, oferecendo, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada da educação básica.

Segundo Barreto (2010), para consolidar a proposta da UAB foi promulgada a Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007, reestruturando essa instituição como "nova" Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), de modo a não apenas incluí-la institucionalmente, mas a conferir-lhe uma espécie de selo de qualidade.

O conceito subjacente ao projeto da UAB é o de *Open University* (Universidade Aberta), que tem, no termo “aberta”, diversos sentidos: um sentido social, uma vez que uma Universidade Aberta dirige-se a todas as classes sociais, permitindo que os indivíduos tenham a possibilidade de concluir sua educação; um sentido pedagógico, que busca garantir acesso a “todo” público interessado nos conteúdos veiculados pelas tecnologias informacionais, mais especificamente a rede mundial de computadores. E, por último, o sentido de “aberta”, na medida em que seus cursos estão abertos ao interesse e à apreciação do público em geral (LITTO, 2009).

Segundo Pinto Junior e Nogueira (2014) no contexto específico da EAD online no país, a UAB tem como finalidade desenvolver a modalidade de educação a distância, expandir e interiorizar cursos e programas de ensino superior nas instituições Públicas de Ensino superior - IPES (FUNDAÇÃO CAPES, 2018). A UAB é definida no Plano Nacional da Educação - PNE (2011–2020) como uma política pública educacional (PINTO JUNIOR; NOGUEIRA, 2014).

A UAB é, como uma instituição educativa, constituída por um sistema integrado por IPES, que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da modalidade da EAD. O público em geral é atendido, mas os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal (CAPES, 2018). Verifica-se que a meta prioritária do Sistema UAB é “contribuir para a Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação, por isso, as ofertas de vagas são prioritariamente voltadas para a formação inicial de professores da educação básica” (FUNDAÇÃO CAPES, 2018).

A UAB pode ser entendida como uma política pública educacional, na medida em que estabelece princípios norteadores escritos, planejados e com força de lei (LITTO, 2008), mas também como um agente pedagógico (BOURDIEU; PASSERON, 1990), na medida em que o sistema UAB é constituído por uma rede de IPES, as quais possuem, separadamente, diferentes graus de autonomização, mas que, ao ingressarem no sistema UAB, conformam-se a um grau de autonomização compartilhado.

Para Gomes (2009), há uma resistência histórica à EAD no Brasil, materializada no referido decreto por meio de inúmeras regras e detalhes. O problema que se coloca talvez não seja somente a resistência, mas a possibilidade que a EAD oferece de crescimento desordenado por meio de iniciativas educacionais voltadas somente para a acumulação de capital.

Embora mais pessoas estejam tendo acesso ao ensino superior, é importante lembrar que esse sistema educacional institucionalizado, como qualquer outro, não é neutro: ele desenvolve um processo de inculcação (formação do *habitus*) por meio da ação pedagógica delegada e reservada a um corpo de especialistas recrutados, treinados e incumbidos do trabalho pedagógico, conforme os procedimentos controlados e regulados pelo agente educativo (BOURDIEU; PASSERON, 1990), nesse caso, o sistema UAB. Dessa forma, contribuindo para a reprodução da estrutura de distribuição do capital cultural entre as classes sociais (BOURDIEU, 1974).

Mesmo sem ter a relação nominal das universidades envolvidas, é possível verificar que um grande número de IES já realizam cursos de educação superior na modalidade EAD em rede, o que pode modificar o perfil do atual sistema de ensino superior. RONDELLI (2002, p.29) ressalta que: A emergência dos consórcios e dos modelos de ensino não-presenciais a partir de estruturas institucionais tradicionalmente organizadas para o ensino presencial está exigindo novas formas de gestão organizacional ainda somente ensaiados, pois há poucos modelos em que se inspirar.

Barros et al. (2010, p. 15), ao discutirem as políticas públicas que orientam os projetos de formação de professores de nível superior a distância no Brasil, chamam a atenção para o fato de que “a opção pelo uso da educação a distância como estratégia política brasileira não é nova”, tendo sido inserida como opção educacional válida em 1996 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

É preciso, porém, muita clareza sobre as condições de ter a EAD como alternativa de democratização do ensino. As questões educacionais não se resolvem pela simples aplicação técnica e burocrática de um sofisticado sistema de comunicação, num processo de “modernização cosmética”. Isso a ninguém serve, exceto aos “empreendedores espertalhões com suas escolas caça-níqueis” ou governos mal intencionados. Sob o ponto de vista social, a Educação à Distância, como qualquer modalidade de educação, precisa realizar-se como uma prática social significativa e conseqüente em relação aos princípios filosóficos de qualquer projeto pedagógico: a busca da autonomia, o respeito à liberdade e à razão (FERREIRA, 2000,p. 09).

O processo de expansão do acesso à educação, causado pela “modernização”, não leva, necessariamente, a uma maior equalização de oportunidades, pois as famílias vindas de estratos (classes) sociais superiores continuam garantindo vantagens aos seus descendentes por meio da transmissão do capital cultural (HELAL, 2005).

A expansão de cursos e de matrículas na modalidade EAD deve-se prioritariamente às IES privadas que, em 2006, já representavam 81,5% do total das matrículas. Desde então, o setor público, por meio da criação do sistema UAB, em 2006, voltou a apresentar uma linha ascendente no número de matrículas, atendendo ao objetivo IV do sistema UAB, embora ainda esteja muito abaixo do setor privado (SPELLER; ROBL; MENEGHEL, 2012). Chama a atenção o fato de que, de 6.392 matrículas, em 2002, na modalidade EAD no setor privado, em 2016, as matrículas no setor privado passaram para 1.371.817, o que representa um crescimento de cerca de 21.361,47% no período de 2006–2016.

Adota-se, aqui, um olhar crítico sobre o pressuposto de que a expansão do ensino superior (presencial ou a distância), no Brasil, levaria a maior igualdade de oportunidades. Considera-se que ainda não está claro se a expansão do ensino superior resultou em melhoramento substantivo na educação básica e no ensino superior no país. Para os processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas para o EAD, visando a equalizar oportunidades e diminuir desigualdades no país, é necessário levar em conta outras variáveis, como por exemplo: raça, classe social, gênero, escolaridade dos pais, capital econômico, capital social, capital cultural, tipo de escola na qual fez o ensino fundamental, dentre outras. Essas variáveis têm demonstrado ter influência no processo de acesso, permanência e conclusão do ensino superior. Indivíduos com baixo nível de capital cultural têm chances menores de saírem-se bem na escola e no mercado de trabalho (VILELA, 2009). Para Helal (2005, p. 6), “mesmo com a universalização do ensino, indivíduos pertencentes a famílias detentoras de maior capital cultural seriam beneficiados”.

Além disso, percebe-se, o pressuposto da utilização da EAD para fins de democratização do ensino e de diminuição de desigualdades. No entanto, argumenta-se, com base na discussão sobre a democratização do acesso ao ensino superior, feita por Melo e Souza (2009), que a UAB, como política pública, parece não considerar a diversificação do ingresso, ou seja, as desigualdades sociais, econômicas e raciais da sociedade, ficando sob a responsabilidade de outras políticas públicas educacionais a utilização de mecanismos de inclusão de minorias sociais no ensino superior de maneira geral.

Em síntese, apesar de a EAD demonstrar potencial para proporcionar modelos inovadores de ensino (CERNY et al., 2012) e representar uma oportunidade para as políticas públicas educacionais voltadas ao ensino superior (BARROS et al., 2010), persiste a premissa de que a solução para o ensino superior é simplesmente o aumento da capacidade de oferta de vagas, sem a devida atenção a outros aspectos fundamentais, como as condições de financiamento das IPES e a condições de trabalho dos professores do ensino superior, por exemplo.

4.FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA NA MODALIDADE EAD

O desafio na formação de um profissional de Geografia, crítico e cidadão, na modalidade semipresencial, está posto, uma vez que essa modalidade democratiza o acesso de um contingente maior ao ensino superior, no caso de um consórcio de universidades públicas. Tais democratização e oportunidade de acesso são demonstradas por meio das origens dos alunos matriculados no curso de Geografia (MARAFON, MARTINS, TEÓFILO, 2018).

O indivíduo que cursa o curso de Licenciatura em Geografia em EAD tem à disposição, para seus estudos, cadernos didáticos, guias de orientação, aulas na web (plataforma), tutorias presenciais (nos polos) e tutorias a distância (fóruns e chats), além de atividades presenciais (avaliações, trabalhos de campos, semanas acadêmicas etc.). Esse conjunto de atividades proporciona a interação do aluno com os conteúdos e com professores e tutores para esclarecimento das dúvidas e reflexões sobre os temas propostos nas aulas.

A implantação de um curso na modalidade EAD proporciona a interiorização da universidade e a inclusão de uma gama de alunos que têm a possibilidade de realizar um curso superior. O perfil desses alunos remonta a um grupo com faixa etária mais elevada e que exerce atividades profissionais. Destarte, o curso na modalidade EAD proporciona uma oportunidade de formação em nível superior (MARAFON, MARTINS, TEÓFILO, 2018).

Para Mattar (2014, p. 23), o que determina o sucesso ou o fracasso do curso EaD ocorre em função “do público-alvo, do desenho pedagógico do curso, das atividades propostas e de outras variáveis”. À medida que o curso foi se desenvolvendo, foram sendo implementados e disponibilizados diferentes recursos. Entendemos “recursos” como meios tecnológicos lançados pelo educador, objetivando complementar e, portanto, facilitar o processo de construção do conhecimento. Trata-se de um componente do ambiente de aprendizagem que exige conhecimento técnico e pedagógico do educador, uma vez que funciona como um estímulo à aprendizagem, tendo uma função, sem dúvida, de extrema importância.

A formação de professores para atuação na educação básica envolve, para além da preparação teórico-prática do profissional, sua capacidade de associar essas condições ao cotidiano da convivência humana, em especial na escola. Sendo assim, o estudante de licenciatura deve ter a habilidade de contemplar as questões da ciência dura e a competência de promover a transposição didática entre a academia e o sensível equilíbrio do cotidiano escolar, demonstrando desde o microcosmos da sala de aula, com todos seus atores, ele incluído, perpassando a instituição e suas relações com a sociedade e o mundo, desembaraço em

reconhecer, nas diferentes escalas, seu próprio papel, o do corpo estudantil, o da comunidade na qual se circunscreve e nas demais categorias materiais e sociais que, como nenhuma outra, a Geografia descreve (FERNANDO, 2019)

Vivemos num contexto marcado pelo inusitado e não mais pela lógica, trazendo um novo horizonte de incertezas, em função das constantes inovações que suscitam demandas que se renovam face às exigências de um mundo em estado de tensão entre a cultura objetiva e a subjetiva, do qual nos fala Milton Santos (1997). Nesse mundo, os saberes e os atributos crescem complexificando o perfil do profissional que necessita de novas habilidades, especialmente novos olhares para os antigos problemas (TEÓFILO, 2007). Assim, é proposto ao licenciando um trabalho com estrutura dialógica e colaborativa no contexto de uma prática reflexiva, esse, sem dúvida, é um caminho de formação de um futuro educador reflexivo (PONTUSCHKA et al., 2009, p. 96).

Importante perceber que, em alguns casos, os estados mais carentes de profissional licenciado em geografia, quando considerada a média de alunos por professor, não necessariamente são os que contam, nem com maior número de campi universitários, ou polos EAD que ofereçam o curso Geografia, nem com o maior número de estudantes da carreira. Complementar ao fato, visível a consolidação da chamada “Região Concentrada”, termo cunhado pelos geógrafos Milton Santos e Maria Laura Silveira, que a delimitam às regiões Sudeste e Sul (FERNANDO, 2019).

Ainda cabe destacar a relevância dos polos EAD, uma vez que o deslocamento ainda se dá de forma precária para o estudante do interior, que poderia pleitear uma vaga nos grandes centros, mas que acaba com seu raio de alcance limitado, ironicamente, pela geografia e por questões político-administrativas alheias à este trabalho. Ao professor de Geografia se exige o domínio do conteúdo duro da ciência que estuda e pretende ensinar, somado às quase infinitas possibilidades e técnicas que a pedagogia, outra ciência da qual se serve, vem a oferecer (FERNANDO, 2019).

Trabalhar com a EaD é atuar com as diferenças, e isso significa levar em consideração o significado e o sentido dos valores culturais do licenciando, tomando-os como objetos de conhecimento específicos, que influenciam o processo educativo formal e que são referenciais concretos, via única de compreensão dos conhecimentos a serem abordados e trabalhados nas salas de tutoria. Conforme Mello (1998, p. 53) – uma questão que nos coloca, de imediato, diante do grande desafio de encontrar uma interlocução possível que permita olhar para os processos de aprendizagem e de ensino à altura dos desafios atuais, quando é sabido que pouco se vem cogitando acerca da construção do conhecimento (TEÓFILO, 2007).

Sem sombra de dúvida, uma forma de aprendizado e de ensino que permita o acesso crescente a oportunidades de aprendizado, projetando processos de aprendizagem e de ensino à altura dos desafios atuais, torna a educação à distância uma área extremamente instigante e desafiante. Entendemos a EaD como sistêmica e com um caráter multidisciplinar em que um conjunto de partes opera de forma integrada, favorecendo o processo de ensino e aprendizagem à distância; além disso, o aprendizado não acontece de forma acidental, ao contrário, requer planejamento e técnicas específicas, ocorrendo fora dos espaços convencionais de ensino, considerando-se que a comunicação se dá por meio de diferentes tecnologias (MARAFON, MARTINS, TEÓFILO, 2018).

Há de se considerar que um tutor educador competente não é mais o que apenas domina o saber de sua disciplina, mas aquele cuja competência reside também na preocupação com a apreensão do conhecimento pelos alunos. Estamos pressupondo que existam novas perspectivas, novos recursos a serem acessados, buscando outros que permitam trabalhar. Aqui, já podemos afirmar que a convivência com as diferenças sempre representou um desafio para nós. Por essa razão, temos que unir esforços no sentido de “caminharmos e avançarmos em outras dimensões, especialmente as humanas e sociais” (LINHARES, 2002, p. 117).

O sistema de tutoria tem sido fundamental no processo de ensino-aprendizagem, e, nesse sentido, tem sido feito um investimento para que o tutor construa um pensamento inclusivo, pensando numa outra lógica para o curso de formação de professores de Geografia. Tal lógica é diferente daquela a que estamos acostumados e que tem gerado o descrédito dos agentes educativos, uma prática que vem buscando uma melhor compreensão das variáveis que incidem direta ou indiretamente nas nossas práticas marcadas pelo respeito à pluralidade, o que implica buscar fatores para além das fronteiras da universidade (MARAFON, MARTINS, TEÓFILO, 2018).

Procura-se, nesse momento, mesmo que de um jeito informal, desenvolver um arcabouço teórico no licenciando que acaba de concluir a Educação Básica ou que está se reintegrando, após alguns anos de afastamento do sistema de ensino. Tomamos como ponto de partida os conhecimentos veiculados nas disciplinas iniciais do curso, como Climatologia Geográfica, Geologia Aplicada à Geografia, Cartografia Básica e Espaço, Natureza e Sociedade, vinculando-as ao estudo do meio, ou seja, ao ambiente de vivência e convivência, trabalhando com a noção de lugar, espaço e tempo, o que nos permite vivenciar a “transposição didática” (CHEVALLARD, 1998).

A Geografia solta as amarras impostas pelo cotidiano. É com ela que os alunos conhecem o mundo e as razões pelas quais ele se encontra na situação em que está, é com esse

professor que se aprende onde nasce o Sol e por que a Terra é, e sempre foi, redonda, um geóide, na realidade, mas cabe essa gentil, porém controlada generalização aos pequenos. A matéria é guia na exploração do mundo fora da sala de aula. Cabe ao seu professor ter visão holística do todo, sem pretensão de ser onisciente, saber descrever a paisagem com desejo e profundidade suficientes para fazer crescer a curiosidade, reconhecer as situações e os lugares onde elas se dão com sensibilidade para questionar o que é tido como imutável.

A teoria e a prática na formação de professores de Geografia na modalidade semipresencial deverão ter como ponto de partida as suas experiências, levando em conta seus ritmos, comportamentos, experiências, trajetórias pessoais – uma prática que procura embutir uma outra visão de aluno (ativo e interativo) e de mundo (complexo, em constantes transformações), melhor adequada ao contexto de EAD. Todas essas considerações apontam para um espaço que propicia a oportunidade de reconstrução do vivenciado e aprendido, a fim de que o futuro educador não tome os conhecimentos como rituais, cópias com imitações mecânicas de modelos fornecidos (MARAFON, MARTINS, TEÓFILO, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como finalidade apresentar à importância da educação a distância (EAD) para a democratização do ensino superior, visto que o EAD tem se destacado como umas das maneiras mais discutidas hoje pela sociedade de acesso a universidade. A pesquisa foi baseada por uma revisão bibliográfica pela qual se buscou explicar acerca destas influências. A preocupação com os impactos causados pela inserção do ensino a distância no ensino superior, o uso de ferramentas digitais, internet e outras ações também são abordados visando a informação, e a conscientização de como funciona e principalmente estabelecendo a construção e a busca de mais conceitos e opiniões de acordo com cada realidade.

Sintetizando, pode-se concluir que há a necessidade de reflexão acerca da democratização do ensino superior e do uso do ensino a distância como possibilidade de acesso de todos a Universidade, uma vez que este tipo de ensino está em grande destaque na contemporaneidade, tornando-se uma temática que requer atenção por parte do poder público em geral, bem como de diferentes áreas da educação.

A formação de profissionais de Geografia na modalidade semipresencial cumpre suas funções sociais e atenua na mediação da construção do conhecimento, sobretudo na atualidade marcada fortemente pela globalização, em que se amplia uma homogeneização do espaço e, contraditoriamente, se ampliam as desigualdades sociais. Além disso, espera-se que, ao mesmo tempo que tenha sólida formação científica, tenha também condições de efetuar uma transposição desses conteúdos de forma a auxiliar os discentes a entenderem o espaço e a sociedade em que vivem.

Ademais, é necessário trabalhar com o fato de que dentre os padrões de ensino que estão cada vez mais evoluídos o EAD é o que cada vez mais representa uma porta de acesso ao ensino superior, não deixando de preconizar os mesmos objetivos da educação presencial. Mas, realmente ainda não está claro se o modelo EAD ocasionou a expansão do ensino superior, procurando igualar as oportunidades, e conseqüentemente, diminuindo as desigualdades em relação ao acesso ao ensino superior no nosso país.

Finalmente, conclui-se a relevância de que novas pesquisas sejam feitas na área, a fim de explicar com melhor clareza os aspectos discutidos, uma vez que ainda existem lacunas e discussões em aberto relativas ao tema, sendo necessário o aumento destes estudos para que se possibilite maior compreensão sobre a temática em questão e abertura de leque para discussão sobre a formação do professor de Geografia no formato EAD.

REFERÊNCIAS

ALONSO, K. M. **Expansão do ensino superior no Brasil e a EAD: dinâmicas e lugares.** *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1319-1335, out./ dez. 2010.

ANDES, Caderno. **As novas faces da reforma universitária do governo Lula.** Brasília n. 25. Agos. 2007. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/novas%20faces%20reforma%20universitaria.pdf>> Acesso em 01/07/2021

BARRETO, R. G. **A formação de professores a distância como estratégia da expansão do ensino superior.** *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 31, n. 113, p. 1.229-1.318, out./dez. 2010.

BARROS, D. M. V. **Políticas públicas educacionais: projetos de formação docente pela e para a educação à distância.** *Ciências Humanas e Sociais em Revista*, Seropédica, v. 32, n. 1, p. 11-24, jan.-jun. 2010.

BOURDIEU, P. **Cultural reproduction and social reproduction: paper in sociology of education.** In: BROWN, R. (ed.). *Knowledge, education, and cultural change*. London: Tavistock., p. 71-112. 1974.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **Reproduction in education, society and culture.** London: Sage, 1990.

BRASIL. **Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998.** Regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei nº 9394 de 1996). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2494.pdf>>. Acesso em: 29/06/2021.

_____. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005.** Regulamenta o Art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. **Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria Nacional de Educação Básica.** Boletim Salto para o Futuro. Brasília: 2002. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/encceja-2/111-tv-mec-818951690/tv-escola-1440558247/13258-salto-para-o-futuro-sp-1346571866> > acesso em 20/09/2021

_____. **Guia de Orientações Básicas sobre o Sistema Universidade Aberta.** Disponível em <http://www.sead.ufba.br/sites/sead.ufba.br/files/guia_uab_interativo_2013-2_copia.pdf>. Acesso em : 26/09/2021

CERNY, R. Z. **.UAB: democratização do ensino superior público ou reprodução das desigualdades?** *Revista Entreideias*, Salvador, v. 1, n. 2, p. 87-106, jul.-dez. 2012.

CHEVALLARD, Y. **Organisations didactiques: 2.** Gestes, dispositifs, programmes, 1998.

CRAHAY, M. **Poderá a escola ser justa e eficaz? Da igualdade das oportunidades à igualdade dos conhecimentos.** Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

DIAS SOBRINHO, J. **Changes in Brazilian higher education and their effects on the enhancement of teaching (1995-2005)**. New Directions for Higher Education, San Francisco, n. 133, p. 91-101, 2006.

_____. **Higher education: a public good, a State duty**. In: POLAK, E.E et al. (Ed.). Public responsibility for higher education. Paris: UNESCO, 2009. p. 99-119

DUBET, François. **L'école des chances: qu'est-ce qu'une école juste?** Paris: Seuil, 2004. 96p

_____. **Les places et les chances** Paris: Seuil, 2010. 122 p.

FERNANDES, D. C.; HELAL, D. H. (orgs.). **As cores da desigualdade**. Belo Horizonte: Fino Traço; 2011.

FERNANDO A.C. **Formação de Professores de Geografia no Ensino a Distância no Brasil: Investigação sobre a oferta, demanda e desafios**. UNILA- ILATIT, 2019

FERREIRA, R. **A Internet como ambiente da Educação à Distância na Formação Continuada de Professores**. Universidade Federal do Mato Grosso. Dissertação de Mestrado: Cuiabá, 2000.

FUNDAÇÃO CAPES. **Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR**. 1 ago. 2018. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/parfor>. >Acesso em: 29/10/2021.

GOMES, C. A. C. **A legislação que trata da EaD**. In: LITTO, F.; FORMIGA, M. (Org.). Educação a distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, p. 21-27, 2009.

GOMES, A. M.; MORAES, K. N. **A Expansão da educação superior no Brasil contemporâneo: questões para o debate**. Anped GT11: Políticas de Educação Superior. 2009.

HELAL, D. H. **Flexibilização organizacional e empregabilidade individual: proposição de um modelo explicativo**. Cadernos EBAPE.br, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p.1-15, mar. 2005.

HERNANDES, P. R. **A Universidade Aberta do Brasil e a democratização do ensino superior público**. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 95, p. 283-307, abr./jun. 2017.

HOLMBERG. Börje. **Educación a distancia: situación y perspectivas**. Buenos Aires (Argentina): Editorial Kapelusz, 1981.

LANDIM. C. M. M. P. F. **Educação à distância: algumas considerações**. Rio de Janeiro: s.n.1997.

LINHARES, C. e LEAL, M. C. (orgs.). **Formação de professores: uma crítica à razão e à política hegemônicas**. Rio de Janeiro. DP&A, 2002.

- LITTO, F. M. **Public policy and distance learning in Brazil**. In: EVANS, T.; HAUGHY, M.; MURPHY, D. (eds.). *International handbook of distance education*. Bingley: Emerald Group, 2008. p. 671-684
- LITTO, F. **O retrato frente/verso da aprendizagem a distância no Brasil**. *Revista ETD*, v. 10, n. 2 (número temático: “EAD - porque não?”) 2009.
- MARAFON, G.J, MARTINS, A, TEÓFILO, V. **A teoria e a prática na formação de professores de Geografia na modalidade semipresencial**. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, n. 32, e35640, 2018.
- MATTAR, J. **Guia de educação a distância**. São Paulo: Cengage Learning, 2014.
- MELLO, G. N. **Cidadania e competitividade**. São Paulo: Cortez, 1998.
- MELO, L. V. S.; SOUSA, J. V. **Democratização do acesso à educação superior: o caso da Universidade de Brasília – Campus de Planaltina**. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED), 32., 2009, Caxambu. Anais [...]. Caxambu: Anped, 2009. p. 1-16
- MILL, D. **Educação a Distância: cenários, dilemas e perspectivas**. *Revista Educação Pública*, Cuiabá, v. 25, n. 59/2, p. 432-454, 2016.
- PINTO JUNIOR, G. C.; NOGUEIRA, V. M. R. **Programa Universidade Aberta do Brasil: aspectos relevantes na construção de uma metodologia para avaliar sua implementação**. *Avaliação (Campinas)*, Sorocaba, v. 19, n. 1, p. 227-249, mar. 2014.
- PONTUSCHKA, N. N. et al. **Para ensinar e aprender geografia**. São Paulo: Cortez, 2009.
- RONDELLI, E. **As experiências das redes de universidades virtuais no Brasil**. In: Carmem Maia. *Guia Brasileiro de Educação à Distância*. São Paulo: Editora Esfera, p. 27 – 32 2002.
- SANTOS, M.. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. Hucitec: São Paulo, 1997.
- SPELLER, P.; ROBL, F.; MENEGHEL, S. M. **Documento de referência para a oficina de trabalho CES/CNE Desafios e Perspectivas da Educação Superior Brasileira para a Próxima Década: 2011-2020**. In: SPELLER, P.; ROBL, F.; MENEGHEL, S. M. (orgs.). *Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década*. Brasília, DF: Unescop. 15-36, 2012.
- TEÓFILO, V. M. S. **Verdade e inclusão: perspectivas na formação dos novos professores** (tese). UERJ, 2007.
- TROW, M. J. **Reflections on the transition from elite to mass to universal access: forms and phases of higher education in modern societies since WWII**. Berkeley: University of California, 2005. Disponível em: < <https://escholarship.org/uc/item/96p3s213> > Acesso em: 29/06/2021.
- VARGAS, M. L. F. **Estudos sobre o funcionamento do sistema de ensino: da reprodução das desigualdades sociais ao efeito escola**. *Cadernos de Educação*, Pelotas, n. 32, p. 105-122, 2009.

VILELA, E. M. **Alguns determinantes da estratificação dos imigrantes internacionais recentes no mercado de trabalho brasileiro.** In: NEVES, J. A.; FERNANDES, D. C.; HELAL, D. H. (orgs.). Educação, trabalho e desigualdade social. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. p. 97-133.